



FUNBEP

The background of the entire page is a blurred photograph of a business meeting. In the foreground, a person's hand is pointing at a tablet computer. The tablet screen displays various data visualizations, including a bar chart with blue bars and a red line graph, and a pie chart with purple and blue segments. Other people in business attire are visible in the background, some holding pens and looking at documents.

**Relatório
Anual 2016**



Índice

MENSAGEM DA DIRETORIA	03
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2016	04
GLOSSÁRIO	08
COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E DOS CONSELHOS	10
INFORMAÇÕES DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS	11
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	12
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	15
NOTAS EXPLICATIVAS	19
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	28
PARECER DO CONSELHO FISCAL	30
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	32
PARECER ATUARIAL - <i>PLANO DE BENEFÍCIOS I</i>	34
PARECER ATUARIAL - <i>PLANO DE BENEFÍCIOS II</i>	37
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	39
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	42



Mensagem da Diretoria

Transparência para um relacionamento positivo

Quando falamos em administração de um plano de previdência é essencial a construção de um relacionamento duradouro entre a Entidade, a patrocinadora, os participantes e assistidos. Afinal, são muitos anos de vínculo, com muitas histórias de vida desde a fase de acumulação até a de recebimento do benefício.

O Funbep, por sua vez, realiza uma governança de qualidade, garantindo o cumprimento das regras e de seus compromissos futuros. Preservando assim a transparência, o relacionamento e o respeito às regras definidas em regulamento.

Estes princípios são muito valiosos, principalmente em planos de benefício definido como os administrados pelo Funbep, onde o patrimônio do plano é comum a todos os participantes e, assim, os eventos relacionados à gestão do plano impactam conjuntamente todos.

O Funbep tem enfrentado diversos processos judiciais com demandas não previstas nos Regulamentos dos planos. A contingência para essas ações ou seu pagamento tem efeitos diretos sobre a saúde financeira dos planos.

Apesar dessa circunstância desfavorável, a área de Investimentos tem se esforçado para manter o déficit do plano sob controle e a equipe do Funbep continua totalmente empenhada em oferecer atendimento, comunicação e governança da mais alta qualidade.

Este Relatório Anual tem o objetivo de apresentar a gestão da Entidade e dos benefícios com transparência, por meio de demonstrações contábeis, pareceres de auditores, avaliações atuariais dos planos, de informações sobre despesas, resultados sobre investimentos, entre outros aspectos. Além disso, você poderá acompanhar as principais ações realizadas no ano, reflexo da dedicação e foco constante na governança corporativa.

Nas próximas páginas, serão apresentados os resultados da Entidade e do seu plano de forma detalhada. Acesse a versão resumida do relatório do seu plano no site do Funbep (www.funbep.com.br) com os principais destaques e resultados de 2016, facilitando seu acesso às informações mais relevantes.

Tenha uma boa leitura!

Diretoria Executiva do FUNBEP





Nossa Missão

Assegurar aos participantes e patrocinadoras a excelência na gestão dos serviços previdenciários, de forma transparente, alinhada com as melhores práticas de Governança Corporativa e a legislação vigente.

Confira algumas das ações realizadas no ano pelo Funbep:

Certificação e Habilitação de Dirigentes

Os Dirigentes do Funbep (membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal) estão em processo de certificação e habilitação. Ambos os processos buscam verificar e comprovar os requisitos mínimos necessários para o exercício do cargo ou função na Entidade, atendendo à Instrução nº 28 (e suas atualizações) da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, que tem como objetivo atuar na supervisão dos fundos de pensão, garantindo a qualificação contínua dos profissionais das entidades fechadas de previdência complementar.

Programa de Educação Financeira e Previdenciária

O Programa de Educação Financeira e Previdenciária do Funbep desenvolve uma série de ações com o objetivo de ampliar o conhecimento dos participantes e assistidos sobre previdência e reforçar a importância do equilíbrio financeiro.

Veja as ações ligadas ao tema em 2016:



O Funbep realiza há 13 anos esta festa para os assistidos da entidade, proporcionando-os a oportunidade de rever os amigos, celebrarem juntos as conquistas e aprenderem ainda mais sobre a importância de manter o equilíbrio financeiro na aposentadoria.

A 13ª edição do “Viver a vida” foi realizada em Curitiba, Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo e Recife, e contou com a participação da banda Bee Gees Alive.

Viver bem é viver a vida

Encontro dos Assistidos



Cartão de aniversário

Celebrar a vida é uma conquista! Por isso, o Funbep encaminhou aos assistidos, ao longo do ano, cartões de aniversário com mensagens comemorativas e educativas, demonstrando o valor de cada um para a Entidade!

Workshop Jurídico

Anualmente o Funbep realiza o Workshop Jurídico para os conselheiros, diretores, profissionais das áreas parceiras das patrocinadoras e de escritórios credenciados que atendem às entidades. O objetivo é discutir aspectos relacionados à legislação nos fundos de pensão, preservando assim o patrimônio dos participantes e assistidos.

A 10ª edição do evento ocorreu em São Paulo no dia 29 de novembro, no Centro Empresarial Itaú Unibanco. Entre os assuntos abordados, estavam a discussão sobre o modelo previdenciário brasileiro, as mudanças na previdência social e os impactos para os fundos de pensão.

O Workshop Jurídico conta créditos para o programa de certificação de dirigentes do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).



Confira a cobertura do evento na edição de Jan/Fev de 2017 do Informativo “Com você”.
Acesse o site do Funbep – www.funbep.com.br em “Informativos”

Realizado em dezembro, o Workshop para Colaboradores busca alinhar as práticas de governança, estimular a melhoria dos fluxos de trabalho e reforçar os conhecimentos em previdência e legislação vigente.

Workshop para Colaboradores

Em outubro o Funbep promoveu a 20ª edição do Encontro das Associações e Conselheiros com o objetivo de alinhar e aprofundar os conhecimentos dos convidados sobre temas que impactam o sistema previdenciário do país.

O evento contou com a participação de Mirella Sampaio, economista da área de Pesquisa Econômica da Itaú Asset Management e de Nilton Molina, administrador de empresas, membro titular do CNPC e vice presidente da Associação Comercial de São Paulo.

As palestras deste evento contam créditos para o programa de certificação de dirigentes do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).



20º Encontro das Associações e Conselheiros

Confira a cobertura do evento na edição de Nov/Dez do Informativo "Com você".
Acesse o site do Funbep, na rota "Informativos".



Área do
Participante
no site

A Área do Participante do site do Funbep teve seu conteúdo reformulado para os participantes e assistidos, oferecendo uma experiência de navegação muito mais objetiva, rápida e intuitiva.

Outras Ações



Nova identidade visual do Informativo



O Informativo “Com você” conta com uma nova identidade visual e nova distribuição de conteúdo em suas seções. Com periodicidade bimestral, ele é um dos principais veículos de comunicação da Entidade para os participantes e assistidos.

Evento Abrapp

Conselheiros, diretores e gestores do Funbep participaram do 37º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, buscando atualizações sobre temas que impactam na atuação do sistema previdenciário em geral. O evento que é organizado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Abrapp, aconteceu entre os dias 12 e 14 de setembro e reuniu cerca de 3 mil pessoas.

Dia do Aposentado

O Funbep participou da 14ª cerimônia do Dia Nacional do Aposentado onde um de seus assistidos foi homenageado. Decio Jacob Guiotto recebeu um diploma comemorativo, em nome de todos os demais assistidos.

O evento que aconteceu em São Paulo no dia 26 de janeiro foi promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp, pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS e pelo Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Sindapp.



Eleições dos Conselhos Fiscal e Deliberativo



A composição do conselho está disponível no site, na rota “Quem Somos” > “Administração”.

No site do Funbep você encontra mais informações sobre diversos assuntos abordados nesta seção do Relatório Anual. Acesse www.funbep.com.br e consulte as ações do programa de Educação Financeira e Previdenciária.



Glossário de Documentos

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço patrimonial é o documento que apresenta a posição do patrimônio da Entidade em determinada data (normalmente em 31 de dezembro) e sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da Entidade (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da Entidade (origem dos recursos).

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) É DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

As demonstrações de mutação são documentos contábeis elaborados para evidenciar em um determinado período (normalmente a data do balanço patrimonial) a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o patrimônio social da Entidade e o ativo líquido de cada plano.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT)

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios é o documento destinado a apresentar, de forma analítica, as alterações realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico que influenciarão diretamente o patrimônio de cobertura do Plano, considerando a totalidade dos compromissos.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Demonstração do ativo líquido é o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve ser elaborado e apresentado por plano de benefícios e a sua data base deve acompanhar a data em que está posicionado o balanço patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

Demonstração do plano de gestão administrativa é o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

O demonstrativo de investimentos é o documento elaborado e enviado mensalmente para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, que apresenta o valor dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade por segmento (renda fixa e variável), a distribuição e alocação dos recursos, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela Política de Investimentos e os limites definidos na legislação vigente. Apresenta também a rentabilidade dos investimentos por segmento, a diferença entre a rentabilidade do segmento e a sua meta atuarial, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

FUNDO

Significa o ativo administrado pela Entidade, que será investido de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, por meio da Política de Investimentos.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

É o documento que demonstra que os membros do Conselho Deliberativo estão cientes das demonstrações apresentadas e que aprovam seu conteúdo. O Conselho Deliberativo é responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da Entidade e por determinadas ações, tais como: aprovação dos cálculos atuariais, das demonstrações contábeis e dos planos de custeio da Entidade e definição da Política de Investimentos, dentre outras.

META ATUARIAL

É uma meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do Plano, de forma que os eventuais compromissos futuros da Entidade possam ser cumpridos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas explicativas às demonstrações contábeis é o documento que identifica a criação e evolução dos planos de benefícios administrados pela Entidade e, além de resumir as principais práticas contábeis utilizadas, descreve os critérios adotados na apropriação das entradas e saídas e na avaliação dos elementos patrimoniais.

PARECER ATUARIAL

Parecer atuarial é o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Parecer do Auditor é o documento resultante da auditoria realizada anualmente na entidade. O parecer do auditor é elaborado e assinado por um contador e deve expressar a opinião deste em relação às demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer da reunião do Conselho Fiscal é o documento que apresenta a opinião do Conselho Fiscal sobre a gestão da Fundação, abrangendo as áreas administrativa, financeira, atuária e controles. O Conselho Fiscal, além de ser responsável pela fiscalização da Entidade, deve zelar pela sua gestão econômico financeira e também responder por algumas ações, destacando-se dentre as principais: examinar demonstrações financeiras, livros e documentos da entidade, acusar as irregularidades e sugerir medidas saneadoras, elaborar o relatório de controles internos do Conselho Fiscal.

PARTICIPANTE

É a pessoa que está definida conforme o regulamento do seu Plano.

PATROCINADORA

É a empresa que custeia o Plano junto com os participantes (isso quando as contribuições dos participantes estão previstas no regulamento). Um plano de previdência complementar pode ter uma ou mais patrocinadoras.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade no mercado financeiro. Desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, a finalidade da Política de Investimentos é garantir uma gestão prudente e eficiente, visando a manutenção do equilíbrio entre seus ativos (investimentos) e passivo (obrigações).

Composição da Diretoria e dos Conselhos

Base dezembro/2016

DIRETORIA	
Diretor Presidente	MARCELO LUIS ORTICELLI
Diretor de Investimentos	PEDRO GABRIEL BOAINAIN
Diretor Gerente	ARNALDO CESAR SERIGHELLI
Diretora Gerente	LUCIMARY BONDI SARTORI
Diretor Gerente	REGINALDO JOSÉ CAMILO
CONSELHO FISCAL	
Presidente Efetivo	ÁLVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES
Presidente Suplente	MARIA DA GLÓRIA CHAGAS ARRUDA
Conselheiro	ROBERTO TEIXEIRA DE CAMARGO
Conselheira Suplente	ANDREA VIVAN DE SOUZA COUTINHO
Conselheira	TERESA CRISTINA ATHAYDE MARCONDES FONTES
Conselheiro Suplente	TIAGO CORREA DA SILVA
Conselheiro	MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA
Conselheiro Suplente	RODRIGO ANDRADE DE MORAIS
Conselheiro	EDILSON JOSÉ GABRIEL
Conselheiro Suplente	SIDNEY SATO
Conselheiro	ADROALDO CASTANHA
Conselheiro Suplente	JOSÉ SILVIO DE OLIVEIRA CAPUCHO
CONSELHO DELIBERATIVO	
Presidente	OSVALDO DO NASCIMENTO
Presidente Suplente	FERNANDO MATTAR BEYRUTI
Conselheiro	CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR
Conselheiro Suplente	CÍCERO MARCUS DE ARAÚJO
Conselheiro	FERNANDO BARÇANTE TOSTES MALTA
Conselheiro Suplente	JOSÉ VIRGILIO VITA NETO
Conselheiro	SERGIO GUILLINET FAJERMAN
Conselheiro Suplente	CLAUDIO CÉSAR SANCHES
Conselheiro	ANA MARIA FIDELI MARQUES
Conselheiro Suplente	JOSÉ ALTAIR MONTEIRO SAMPAIO
Conselheiro	ANTONIO CHALBAUD BISCAIA NETO
Conselheiro Suplente	RUY FERNANDO METZGER

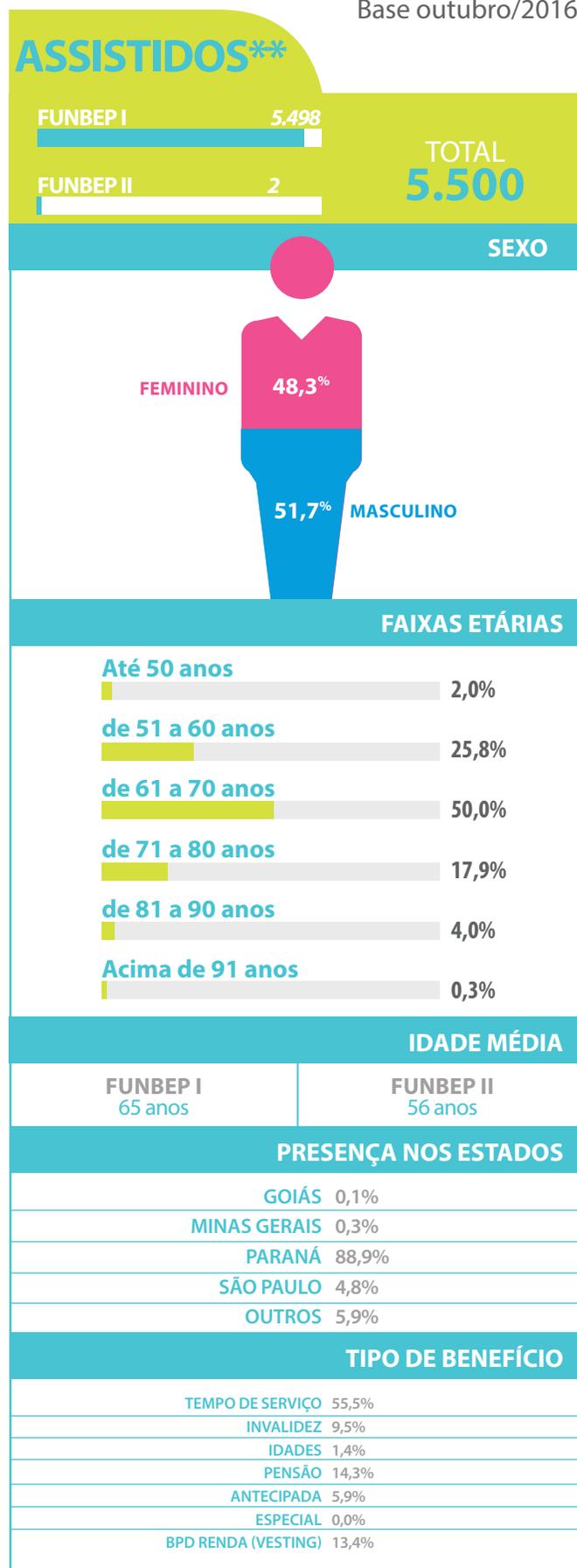
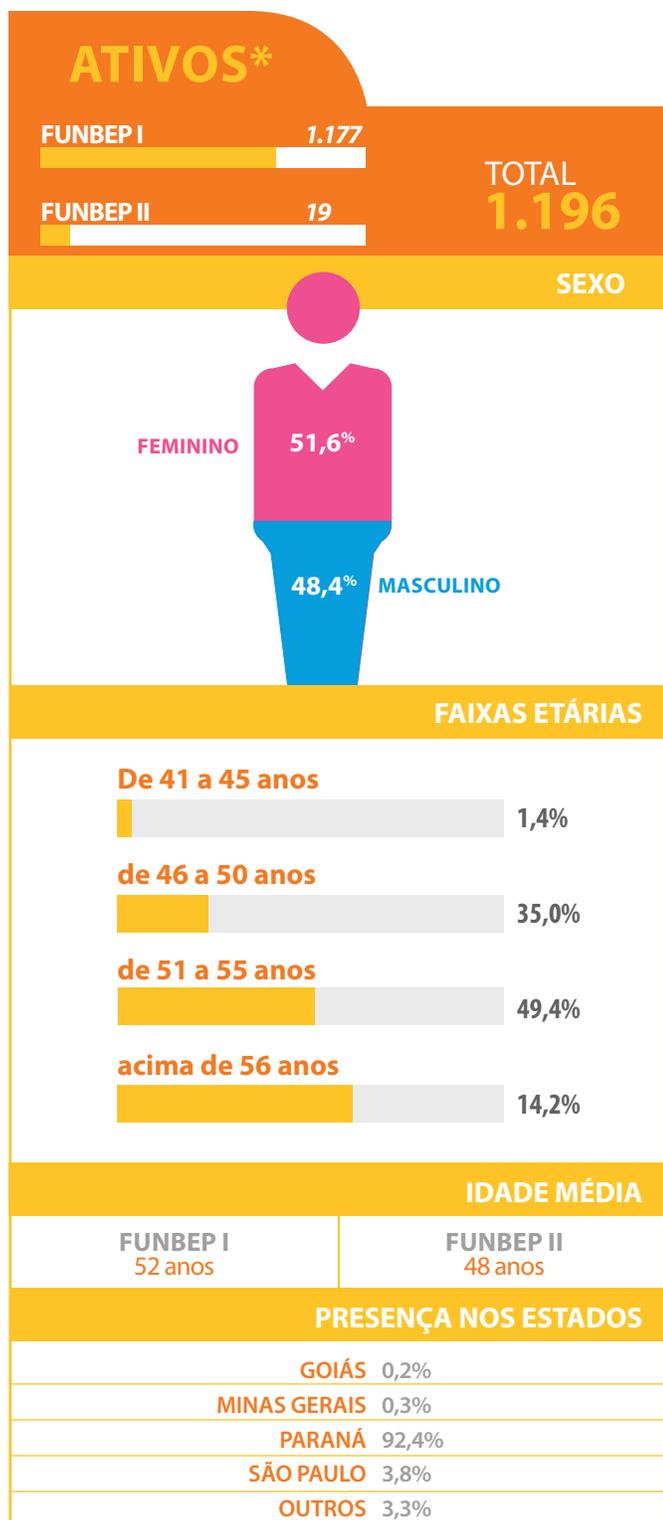


REUNIÕES DA DIRETORIA E DOS CONSELHOS

Durante o ano de 2016, os Órgãos Administrativos do Funbep – Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria - realizaram reuniões periódicas para tratar de assuntos relacionados à gestão da entidade e dos planos, em conformidade com a legislação vigente às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Informações de Participantes

Base outubro/2016



FUNBEP I

CONSTITUINTES***

	CONSTITUINTES	NÃO CONSTITUINTES
APOSENTADOS	48,3%	22,2%
BPD OPTANTES	0,0%	2,6%
PENSIONISTAS	7,3%	4,5%
ATIVOS	0,3%	14,2%
AUTOPATROCINADOS	0,0%	0,6%

* Inclui ativos, autopatrocinados e optantes pelo BPD

** Inclui aposentados, pensionistas e BPD renda

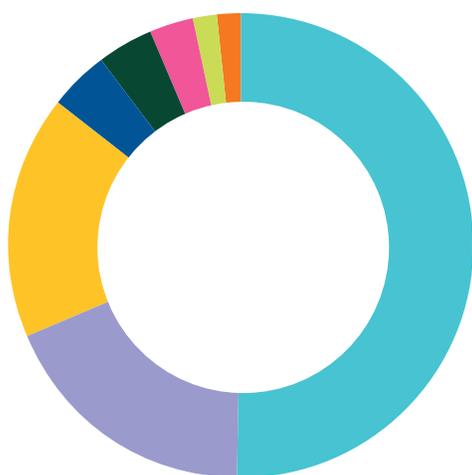
*** Apenas o Plano Funbep I possui a classificação constituintes e não constituintes

DESPESAS
ADMINISTRATIVAS

Despesas Administrativas

Plano de Benefícios I

O gasto total com a administração do Plano de Benefícios I, administrado pelo FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado, em 2016 foi de **R\$ 12.633.802**, sendo **R\$ 6.200.049** com a administração previdencial e **R\$ 6.433.752** com a administração dos investimentos. Observe, a seguir, a distribuição das despesas do Plano no ano de 2016.

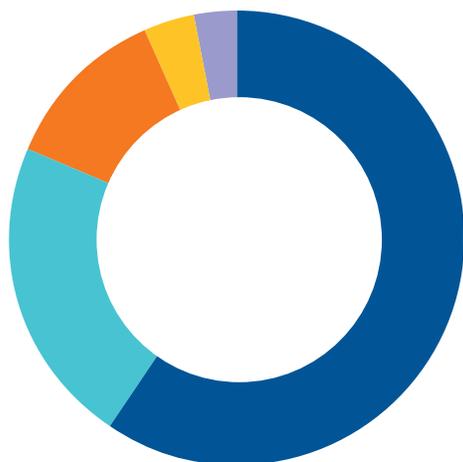


GESTÃO PREVIDENCIAL

50,4%	Despesas Gerais	R\$ 3.124.310
18,4%	Pessoal e Encargos / Treinamento	R\$ 1.138.936
16,8%	Outros Serviços de Terceiros	R\$ 1.047.254
4,3%	Consultorias	R\$ 267.903
3,9%	TAFIC	R\$ 240.000
3,0%	Avaliação Atuarial	R\$ 185.790
1,6%	Auditorias	R\$ 98.519
1,6%	Viagens e Estadia	R\$ 97.338

Total

R\$ 6.200.049



INVESTIMENTOS

59,5%	Taxa de Administração de Carteira	R\$ 3.824.958
22,1%	Outras Despesas	R\$ 1.420.253
11,9%	Taxa Custódia/CETIP/Andima/DNP	R\$ 766.124
3,6%	PIS/Cofins	R\$ 234.086
2,9%	Processamento e Informática	R\$ 188.333

Total

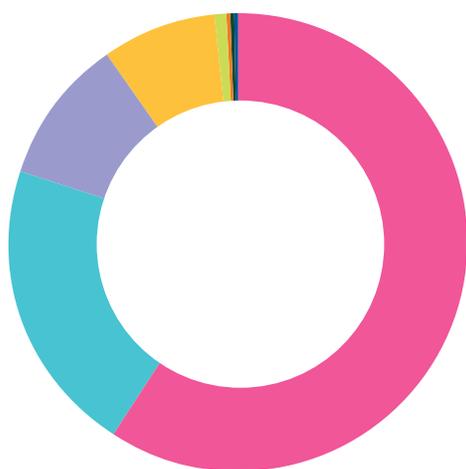
R\$ 6.433.752

Total
R\$ 12.633.802

Despesas Administrativas

Plano de Benefícios II

O gasto total com a administração do Plano de Benefícios II, administrado pelo FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado, em 2016 foi de **R\$ R\$ 50.728**, sendo **R\$ 42.736** com a administração previdencial e **R\$ 7.991** com a administração dos investimentos. Observe, a seguir, a distribuição das despesas do Plano no ano de 2016.

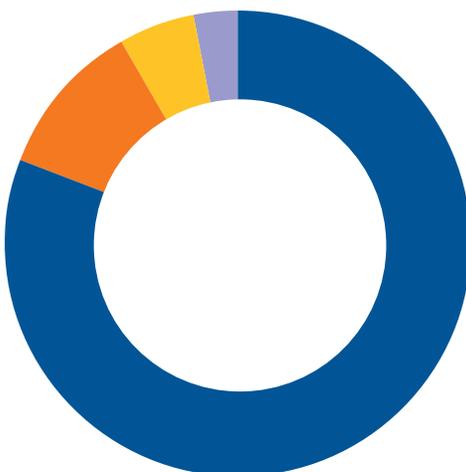


GESTÃO PREVIDENCIAL

59,3%	Avaliação Atuarial	R\$ 25.327
21,1%	Despesas Gerais	R\$ 9.032
10,3%	Pessoal e Encargos / Treinamento	R\$ 4.404
8,0%	Outros Serviços de Terceiros	R\$ 3.424
0,8%	Auditorias	R\$ 323
0,3%	Viagens e Estadia	R\$ 140
0,1%	TAFIC	R\$ 45
0,1%	Consultorias	R\$ 42

Total

R\$ 42.736



INVESTIMENTOS

81,0%	Taxa de Administração de Carteira	R\$ 6.468
10,8%	Taxa Custódia/CETIP/Andima/DNP	R\$ 867
5,3%	PIS/Cofins	R\$ 425
2,9%	Processamento e Informática	R\$ 233

Total

R\$ 7.991

Total
R\$ 50.728

INFORMAÇÕES **CONTÁBEIS**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/0-9
CPF: 859.338.648-20

Marcelo Luis Orticelli
Diretor Presidente
CPF: 040.509.508-20

Informações Contábeis

Balço Patrimonial

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Disponível		30	29
Realizável		4.336.861	4.045.022
Gestão Previdencial	5	47.137	62.688
Gestão Administrativa	5	3.724	3.320
Investimentos	6	4.286.000	3.979.014
Títulos Públicos		627.004	593.156
Créditos Privados e Depósitos		228.238	179.525
Ações		102.699	80.407
Fundos de Investimento		3.072.139	2.896.373
Derivativos		30.300	-
Investimentos Imobiliários	6c	190.233	194.296
Empréstimos e Financiamentos		35.387	35.257
Permanente	7	34	44
Imobilizado		34	44
TOTAL DO ATIVO		4.336.925	4.045.095

PASSIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Exigível Operacional	8	7.127	25.355
Gestão Previdencial		5.898	10.121
Gestão Administrativa		1.225	1.135
Investimentos		4	14.099
Exigível Contingencial	9	210.799	198.154
Gestão Previdencial		207.263	194.940
Gestão Administrativa		3.536	3.214
Patrimônio Social		4.118.999	3.821.586
Patrimônio de Cobertura do Plano		4.115.828	3.816.909
Provisões Matemáticas	10	4.443.130	4.241.056
Benefícios Concedidos		3.926.760	3.688.404
Benefícios a Conceder		516.370	552.652
Equilíbrio Técnico	11	(327.302)	(424.147)
Resultados Realizados		(327.302)	(424.147)
(-) Déficit Técnico Acumulado		(327.302)	(424.147)
Fundos	12	3.171	4.677
Fundos Previdenciais		3.005	2.621
Fundos Administrativos		119	2.015
Fundos dos Investimentos		47	41
TOTAL DO PASSIVO		4.336.925	4.045.095

Demonstração da Mutaço do Patrimônio Social - Consolidada

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.821.586	3.536.168	8
1. ADIÇÕES	695.696	633.371	10
(+) Contribuições Previdenciais	120.744	63.646	90
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	565.490	559.053	1
(+) Receitas Administrativas	9.348	10.156	(8)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	108	511	(79)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	6	5	20
2. DESTINAÇÕES	(398.283)	(347.953)	14
(-) Benefícios	(338.494)	(301.438)	12
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(48.437)	(35.179)	38
(-) Despesas Administrativas	(11.352)	(11.336)	-
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	297.413	285.418	4
(+/-) Provisões Matemáticas	202.074	322.951	(37)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	96.845	(37.178)	(360)
(+/-) Fundos Previdenciais	384	309	24
(+/-) Fundos Administrativos	(1.896)	(669)	183
(+/-) Fundos dos Investimentos	6	5	20
B) PATRIMÔNIO SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	4.118.999	3.821.586	8

Demonstração da Mutaço do Ativo Líquido - Funbep I

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.814.886	3.529.385	8
1. ADIÇÕES	689.728	627.468	10
(+) Contribuições	124.886	68.947	81
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	564.842	558.521	1
2. DESTINAÇÕES	(391.078)	(341.967)	14
(-) Benefícios	(338.450)	(301.429)	12
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(48.424)	(35.179)	38
(-) Custeio Administrativo	(4.204)	(5.359)	(22)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	298.650	285.501	5
(+/-) Provisões Matemáticas	201.805	322.679	(37)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	96.845	(37.178)	(360)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	4.113.536	3.814.886	8
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	164	2.039	(92)
(+/-) Fundos Administrativos	117	1.998	(94)
(+/-) Fundos dos Investimentos	47	41	15

Demonstração da Mutaço do Ativo Líquido - Funbep II

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.644	4.063	14
1. ADIÇÕES	736	616	19
(+) Contribuições	88	84	5
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	648	532	22
2. DESTINAÇÕES	(83)	(35)	137
(-) Benefícios	(44)	(9)	389
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(13)	-	100
(-) Custeio Administrativo	(26)	(26)	-
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	653	581	12
(+/-) Provisões Matemáticas	269	272	(1)
(+/-) Fundos Previdenciais	384	309	24
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	5.297	4.644	14
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	2	17	(88)
(+/-) Fundos Administrativos	2	17	(88)

Informações Contábeis

Demonstração do Ativo Líquido - Funbep I

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	4.326.854	4.036.085	7
Disponível	12	13	(8)
Recebível	47.249	64.687	(27)
Investimentos	4.279.593	3.971.385	8
Títulos Públicos	627.004	593.156	6
Créditos Privados e Depósitos	228.238	179.525	27
Ações	102.699	80.407	28
Fundos de Investimento	3.065.732	2.888.744	6
Derivativos	30.300	-	100
Investimentos Imobiliários	190.233	194.296	(2)
Empréstimos e Financiamentos	35.387	35.257	-
2. OBRIGAÇÕES	213.154	219.160	(3)
Operacional	5.902	24.220	(76)
Contingencial	207.252	194.940	6
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	164	2.039	(92)
Fundos Administrativos	117	1.998	(94)
Fundos dos Investimentos	47	41	15
5. ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	4.113.536	3.814.886	8
Provisões Matemáticas	4.440.838	4.239.033	5
Superávit (Déficit) Técnico Acumulado	(327.302)	(424.147)	(23)
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	(327.302)	(424.147)	(23)
b) (+/-) Ajustes de Precificação	115.864	111.801	4
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(211.438)	(312.346)	(32)

Demonstração do Ativo Líquido - Funbep II

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	5.310	4.661	14
Disponível	6	5	20
Recebível	7	16	(56)
Investimentos	5.297	4.640	14
Fundos de Investimento	5.297	4.640	14
2. OBRIGAÇÕES	11	-	100
Contingencial	11	-	100
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	2	17	(88)
Fundos Administrativos	2	17	(88)
5. ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 3)	5.297	4.644	14
Provisões Matemáticas	2.292	2.023	13
Fundos Previdenciais	3.005	2.621	15

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.015	2.684	(25)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	9.456	10.667	(11)
1.1. RECEITAS	9.456	10.667	(11)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.230	5.385	(21)
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.029	4.630	9
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	108	511	(79)
Outras Receitas	89	141	(37)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(11.352)	(11.336)	-
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(6.321)	(6.706)	(6)
Pessoal e Encargos	(1.159)	(929)	25
Treinamento/Congressos e Seminários	(53)	(31)	71
Viagens e Estádias	(98)	(124)	(21)
Serviços de Terceiros	(1.629)	(1.765)	(8)
Despesas Gerais	(2.934)	(3.322)	(12)
Depreciações e Amortizações	(7)	(15)	(53)
Tributos	(441)	(520)	(15)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(5.029)	(4.630)	9
Serviços de Terceiros	(4.790)	(4.413)	9
Depreciações e Amortizações	(2)	(2)	-
Tributos	(235)	(215)	9
Outras Despesas	(2)	-	100
2.4. Outras Despesas	(2)	-	100
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(1.896)	(669)	183
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.896)	(669)	183
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 7)	119	2.015	(94)

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Funbep I

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.998	2.648	(25)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	9.419	10.625	(11)
1.1. RECEITAS	9.419	10.625	(11)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.204	5.359	(22)
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.020	4.620	9
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	107	505	(79)
Outras Receitas	88	141	(38)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(11.300)	(11.275)	-
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(6.278)	(6.654)	(6)
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(4.801)	(4.858)	(1)
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(1.477)	(1.796)	(18)
Viagens e Estádias	(61)	(99)	(38)
Serviços de Terceiros	(455)	(704)	(35)
Despesas Gerais	(514)	(460)	12
Depreciações e Amortizações	(7)	(15)	(53)
Tributos	(440)	(518)	(15)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(5.020)	(4.621)	9
2.2.1. DESPESAS COMUNS	(189)	(173)	9
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(4.831)	(4.448)	9
Serviços de Terceiros	(4.593)	(4.231)	9
Depreciações e Amortizações	(2)	(2)	-
Tributos	(234)	(215)	9
Outras Despesas	(2)	-	100
2.3. Outras Despesas	(2)	-	100
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(1.881)	(650)	189
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.881)	(650)	189
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 7)	117	1.998	(94)

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Funbep II

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	17	36	(53)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	37	42	(12)
1.1. RECEITAS	37	42	(12)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	26	26	-
Custeio Administrativo dos Investimentos	9	10	(10)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1	6	(83)
Outras Receitas	1	-	100
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(52)	(61)	(15)
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(43)	(52)	(17)
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(16)	(18)	(11)
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(27)	(34)	(21)
Serviços de Terceiros	(25)	(26)	(4)
Despesas Gerais	(1)	(6)	(83)
Tributos	(1)	(2)	(50)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(9)	(9)	-
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(9)	(9)	-
Serviços de Terceiros	(8)	(9)	(11)
Tributos	(1)	-	100
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(15)	(19)	(21)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(15)	(19)	(21)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 7)	2	17	(88)

Informações Contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas - Funbep I

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	4.326.737	4.034.087	7
1. Provisões Matemáticas	4.440.838	4.239.033	5
1.1. Benefícios Concedidos	3.926.611	3.688.264	6
Benefício Definido	3.926.611	3.688.264	6
1.2. Benefícios a Conceder	514.227	550.769	(7)
Benefício Definido	514.227	550.769	(7)
2. Equilíbrio Técnico	(327.302)	(424.147)	(23)
2.1. Resultados Realizados	(327.302)	(424.147)	(23)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(327.302)	(424.147)	(23)
3. Fundos	47	41	15
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	47	41	15
4. Exigível Operacional	5.902	24.220	(76)
4.1. Gestão Previdencial	5.898	10.121	(42)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4	14.099	(100)
5. Exigível Contingencial	207.252	194.940	6
5.1. Gestão Previdencial	207.252	194.940	6

Demonstração das Provisões Técnicas - Funbep II

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+3)	5.308	4.644	14
1. Provisões Matemáticas	2.292	2.023	13
1.1. Benefícios Concedidos	149	140	6
Benefício Definido	149	140	6
1.2. Benefícios a Conceder	2.143	1.883	14
Contribuição Definida	2.099	1.818	15
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.050	909	16
Saldo de Contas - Parcela Participantes	1.049	909	15
Benefício Definido	44	65	(32)
3. Fundos	3.005	2.621	15
3.1. Fundos Previdenciais	3.005	2.621	15
5. Exigível Contingencial	11	-	100
5.1. Gestão Previdencial	11	-	100

NOTAS EXPLICATIVAS **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/0-9
CPF: 859.338.648-20

Marcelo Luis Orticelli
Diretor Presidente
CPF: 040.509.508-20

Informações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado (“Entidade”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, instituído pelo Banco do Estado do Paraná S.A. (denominado Banco Banestado S.A.), autorizado a funcionar como fundo multipatrocinado pela Portaria nº. 474, de 13 de julho de 1998, do Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria de Previdência Complementar (MPAS-SPC), com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPCC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos atualmente administrados pelo FUNBEP, são oriundo de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

A Entidade tem por finalidade, através do Plano FUNBEP I (Benefício Definido) e do Plano FUNBEP II (Contribuição Variável), assegurar aos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração do conglomerado Itaú Unibanco S.A. e de suas pessoas jurídicas vinculadas (patrocinadoras) complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente plano. Os planos FUNBEP I e FUNBEP II estão fechados ao ingresso de novos participantes desde 14/04/1998 e 31/12/2000, respectivamente.

Plano de Benefícios	Sigla	CNPB	Modalidade	Patrocinadoras
Plano de Benefícios I	Funbep I	1982.0011-19	BD	Banco Itaú BBA S.A.
				Banco Itaucard S.A.
				Banco Itauleasing S.A.
				Banestado Leasing S/A Arrendamento Mercantil
				FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado
				Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar
				Fundação Itaú Unibanco Clube
				Fundação Saúde Itaú
				Itaú Unibanco S.A.
				Marcep Corretagem de Seguros S.A.
Plano de Benefícios II	Funbep II	1998.0029-18	CV	Banco Itaucard S.A.
				Banco Itauleasing S.A.
				Banestado Leasing S/A Arrendamento Mercantil
				Fundação Itaú Unibanco Clube
				Itaú Unibanco S.A.
				Marcep Corretagem de Seguros S.A.

Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro de 2016 apresenta a seguinte posição:

PLANO	ATIVOS ⁽¹⁾		ASSISTIDOS ⁽²⁾				TOTAL			
	Particip.	Particip.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.
Funbep I	1.177	1.362	5.498	4.090	5.363	4.599	6.675	4.090	6.725	4.599
Funbep II	19	20	2	3	2	4	21	3	22	4
TOTAL	1.196	1.382	5.500	4.093	5.365	4.603	6.696	4.093	6.747	4.603

⁽¹⁾ Inclui participantes Autopatrocinados e optantes pelo Benefício Proporcional Diferido - BPD

⁽²⁾ Inclui Pensionistas.

As demonstrações contábeis de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 22/03/2017.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

– **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

– **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

– **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 14).

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

a) Ativo Realizável

– **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos às contingências da Gestão Previdencial.

– **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.

– **Investimentos** – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimento e Derivativos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

a. Títulos para negociação – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Derivativos são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado dos investimentos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Investimentos Imobiliários

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações de acordo com a legislação vigente. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil remanescente fixado nos laudos de reavaliação, determinado por empresa ou profissionais legalmente habilitado.

Os ajustes de reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com o resultado.

III. Empréstimos

São operações com participantes devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos, seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permitem identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

Os empréstimos a participantes são atualizadas pelo Índice IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, acrescido de juros de 8% a.a.

IV. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendos, adotando-se os seguintes percentuais (Nota 6 a) e c):

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

- Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos: 10% a.a.
- Computadores e Sistemas de Processamento de Dados: 20% a.a.

Informações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

Decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme definições a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas dos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

f) Patrimônio Social

O Patrimônio Social consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos Plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

g) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.
- Investimentos imobiliários: reavaliados periodicamente, por consultoria contratada conforme legislação em vigor.
- Contingências: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos.
- Provisões matemáticas: calculadas atuarialmente por profissional responsável pelos Planos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

h) Impostos

I. Imposto de Renda

– Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

– Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

II. PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a Entidade passou a depositar judicialmente e provisionar os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 9).

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto do questionamento no Mandato de Segurança impetrado pela entidade, cessou-se o procedimento de depósito judicial das contribuições, efetuando o recolhimento a partir da competência de Janeiro de 2015.

i) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados dos planos Contribuição Definida e Contribuição Variável, que são registradas pelo regime de caixa.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, sendo os custos comuns rateados em função da quantidade de participantes de cada plano, e custeadas pelo Fundo Administrativo, conforme orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade;
- **Investimentos:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração de Investimentos, sendo custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos.

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

DESCRIÇÃO	2016			2015
	FUNBEP I	FUNBEP II	TOTAL	
Gestão Previdencial	47.131	6	47.137	62.688
Adiantamento de líquido negativo	128	-	128	132
Benefícios Suspensos ⁽¹⁾	2.927	-	2.927	6.526
Bloqueios Judiciais / Impostos a Compensar	-	-	-	-
Dep. Judiciais - Esfera Trabalhista ⁽²⁾	36.908	-	36.908	51.478
Dep. Judiciais - Esfera Cível ⁽³⁾	6.711	-	6.711	4.552
Outros Realizáveis	457	6	463	-
Gestão Administrativa	3.685	39	3.724	3.320
Despesas Antecipadas	153	-	153	87
Provisão de Folha Administrativa	9	25	34	9
Depósitos Judiciais - PIS/COFINS ⁽⁴⁾	3.521	14	3.535	3.213
Outros Realizáveis	2	-	2	11
TOTAL	50.816	45	50.861	66.008

⁽¹⁾ Referem-se a interrupção temporária de aposentadorias decorrentes de suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social (INSS).

⁽²⁾ Refere-se basicamente a processos de participantes que ingressaram na justiça pleiteando revisão de benefício em função de equiparação salarial.

⁽³⁾ Refere-se basicamente a processos relativos a Expurgos Inflacionários.

⁽⁴⁾ Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas do desempenho da atividade de administração e execução de planos de benefícios.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A Entidade mantém contrato com o Itaú Unibanco S.A., pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e como responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, no tocante às operações de renda fixa, investimentos estruturados e de renda variável.

Informações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

a) Composição dos Investimentos

DESCRIÇÃO	2016			2015
	FUNBEP I	FUNBEP II	TOTAL	
Títulos Públicos⁽¹⁾	627.004	-	627.004	593.156
Créditos Privados e Depósitos	228.238	-	228.238	179.525
LFS - Banco Bradesco S/A	-	-	-	176.712
Debêntures Simples	228.238	-	228.238	2.813
Bradesco Leasing S/A	224.119	-	224.119	-
Condominium Village S/A - Arred. Merc.	29.326	-	29.326	26.852
Hyde Park S/A	4.703	-	4.703	4.703
Vale S/A	4.119	-	4.119	2.813
(-) Provisão para Perda ⁽²⁾	(34.029)	-	(34.029)	(31.555)
Ações	102.699	-	102.699	80.407
Itaú Invest. Itaú S/A	102.681	-	102.681	80.388
Outras Ações	18	-	18	19
Fundos de Investimentos	3.066.836	5.303	3.072.139	2.896.373
Referenciado	9.902	-	9.902	8.699
AJ Tit. Públicos FI Referenciado DI	9.902	-	9.902	8.699
Renda Fixa	3.056.934	5.303	3.062.237	2.887.674
RT Republic Renda Fixa FI	128.998	5.303	134.301	145.318
RT Trust Renda Fixa Crédito Privado FI	-	-	-	307.685
RT Victory LDI Renda Fixa - FI ⁽³⁾	2.927.936	-	2.927.936	2.434.671
Derivativos - Swap⁽⁴⁾	30.300	-	30.300	(14.054)
Investimentos Imobiliários	190.233	-	190.233	194.296
Empréstimos	35.387	-	35.387	35.257
TOTAL	4.280.697	5.303	4.286.000	3.964.960

(1) Refere-se a Títulos Públicos Federais: Notas do Tesouro Nacional

(2) Refere-se a provisão de 100% das debêntures Condominium Village S/A e Hyde Park S/A.

(3) Referem-se a Fundo Exclusivo.

(4) No exercício de 2015 houve variação negativa de swap, que funciona como hedge do fluxo de pagamentos de benefícios do plano, onde a ponta ativa está indexada ao IGPM e a ponta passiva, ao CDI, conforme Nota 8.

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLIC e no Itaú Unibanco S/A.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:

FUNBEP I	Valor ⁽¹⁾									
	Valor de Mercado			Categoria ⁽²⁾		Vencimento			Valor Contábil	
	Valor Contábil (Custo)	Ajustes a mercado	Total	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2016	31/12/2015
Títulos Públicos	627.004	14.946	641.950	-	627.004	-	-	627.004	627.004	593.156
Notas do Tesouro Nacional	627.004	14.946	641.950	-	627.004	-	-	627.004	627.004	593.156
Créditos Privados e Depósitos	228.238	-	228.238	228.238	-	-	228.238	-	228.238	179.525
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	176.712
Debêntures	228.238	-	228.238	228.238	-	-	228.238	-	228.238	2.813
Fundo de Investimento	3.066.836	31.638	3.098.474	147.299	2.919.537	138.900	8.399	2.919.537	3.066.836	2.891.691
Fdo. Investimento - Exclusivo	2.927.936	31.638	2.959.574	8.399	2.919.537	-	8.399	2.919.537	2.927.936	2.434.671
Letra FI Subordinada	347.013	(12.932)	334.081	-	347.013	-	-	347.013	347.013	-
Letras Financeiras do Tesouro	2.134	-	2.134	2.134	-	-	2.134	-	2.134	1.873
Notas do Tesouro Nacional	2.572.524	44.570	2.617.094	-	2.572.524	-	-	2.572.524	2.572.524	2.432.798
Operações Compromissadas	6.265	-	6.265	6.265	-	-	6.265	-	6.265	-
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	138.900	-	138.900	138.900	-	138.900	-	-	138.900	457.020
Renda Fixa	138.900	-	138.900	138.900	-	138.900	-	-	138.900	457.020
Títulos de Renda Variável	102.699	-	102.699	102.699	-	102.699	-	-	102.699	80.407
Ações	102.699	-	102.699	102.699	-	102.699	-	-	102.699	80.407
Derivativo	30.300	-	30.300	30.300	-	30.300	-	-	30.300	(14.054)
Swap ⁽³⁾	30.300	-	30.300	30.300	-	30.300	-	-	30.300	(14.054)
Total⁽¹⁾	4.055.077	46.584	4.101.661	508.536	3.546.541	271.899	236.637	3.546.541	4.055.077	3.730.725

FUNBEP II	Valor ⁽¹⁾				
	Valor de Mercado		Categoria	Vencimento	Valor Contábil
	Valor Contábil (Custo)	Para Negociação	Indeterminado	31/12/2016	31/12/2015
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	5.303	5.303	5.303	5.303	4.682
Renda Fixa	5.303	5.303	5.303	5.303	4.682
Total⁽¹⁾	5.303	5.303	5.303	5.303	4.682

(1) Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e os classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

Os investimentos em Ações (renda variável) estão avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação ao final do dia 31 de dezembro ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Inclui, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA no montante total de R\$ 1.110 sendo R\$ 1.104 FUNBEP I e R\$ 6 FUNBEP II (em 2015 R\$ 2.989, sendo R\$ 2.947 FUNBEP I e R\$ 42 FUNBEP II). A Entidade não possui a segregação real dos ativos para o PGA.

(2) Não foram reclassificados títulos da categoria "títulos para negociação" para a categoria "títulos mantidos até o vencimento". Em 31/12/2016 há títulos classificados como "mantidos até o vencimento", conforme quadro abaixo:

Informações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Vencimento	Qtde.	Valor Contábil (Custo)	Valor de Mercado	Ajustes a mercado	Origem
02/01/2031	100.090	570.515	579.100	8.585	Carteira Própria
15/08/2050	20.000	56.489	62.850	6.361	Carteira Própria
08/08/2022	334	173.875	167.402	(6.473)	Fundo Exclusivo
09/08/2022	185	96.285	92.698	(3.587)	Fundo Exclusivo
15/08/2022	148	76.853	73.981	(2.872)	Fundo Exclusivo
02/01/2031	360.132	2.083.573	2.083.648	75	Fundo Exclusivo
15/08/2050	100.350	284.357	315.351	30.994	Fundo Exclusivo
17/05/2055	69.630	204.594	218.095	13.501	Fundo Exclusivo
TOTAL	650.869	3.546.541	3.593.125	46.584	

As classificações dos títulos existentes, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

A Entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

(3) Operações de swap são efetuadas como proteção ao risco de descasamento entre a performance dos ativos e a meta atuarial do plano.

Os ativos atrelados às taxas de juros de curto prazo, CDI/Selic, excedentes aos ativos líquidos necessários para o pagamento mensal de benefícios, podem ser "hedgedos" no todo ou em parte, conforme mandato delegado ao gestor dos ativos da Entidade.

Partida	Vencimento	Passivo		Ativo		Valor a Apropriar
		Principal R\$	Taxa a.a.	Valor R\$	Taxa a.a.	
24/01/2014	15/01/2029	215.000	100% CDI	305.556	IGPM+6,40%	26.164
12/11/2013	01/11/2028	50.000	100% CDI	72.381	IGPM+6,1970%	4.136

c) Investimento Imobiliário

DESCRIÇÃO	FUNBEP I	
	2016	2015
Uso Próprio	2.013	2.054
Custo	2.058	2.058
(-) Depreciação acumulada	(45)	(4)
Locadas a Patrocinadores	166.870	169.608
Custo	169.836	169.836
(-) Depreciação acumulada	(2.966)	(228)
Locadas a Terceiros	20.420	20.812
Custo	20.821	20.821
(-) Depreciação acumulada	(425)	(33)
Aluguéis a Receber (1)	2.129	2.129
(-) Provisão para Perda (1)	(2.105)	(2.105)
Direito em Alienações (2)	930	1.822
Valores a Receber	6.821	7.277
(-) Provisão para Perda	(5.891)	(5.455)
TOTAL	190.233	194.296

(1) Refere-se a diversos alugueis pendentes, no montante de R\$ 2.105 (100% provisionado para perda).

(2) Refere-se ao imóvel da Av. Sete de Setembro, 2604 / Rua João Negrão, 780 - Curitiba - PR, no montante de R\$ 930; e aos imóveis: Av. Bandeirantes, 500 - Londrina - PR; Imóvel da Vila Hauer; e Rua Padre Anchieta, 2740, 2770 e 2800 / Al. Augusto Stelffeld, 1908 - Curitiba - PR, cujo montante total é de R\$ 5.891 (100% provisionado para perda).

Encontram-se disponíveis para locação os seguintes imóveis:

- Av. Paraná, 72 - Londrina - PR
- Av. Mal. Floriano Peixoto, 1541 - Curitiba - PR
- Rua Mal. Candido Rondon, 1685 - Campo Grande - MS
- Av. Visc. de Guarapuava, 1643 - Curitiba - PR
- Rua Brigadeiro Franco, 2300 - Curitiba - PR
- Al. Dr. Carlos de Carvalho, 603 - Curitiba - PR
- Rua Brigadeiro Franco, 2300 - Curitiba - PR
- R. Monsenhor Celso, 217 - Curitiba - PR

NOTA 7 – ATIVO PERMANENTE

DESCRIÇÃO	FUNBEP I	
	2016	2015
Imobilizado		
Bens Móveis		
Custo	106	106
(-) Depreciação	(72)	(62)
TOTAL	34	44

NOTA 8 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	2016			2015
	FUNBEP I	FUNBEP II	TOTAL	
Gestão Previdencial	5.898	-	5.898	10.121
Benefícios a Pagar	4	-	4	4
Benefícios Pendentes (1)	1.424	-	1.424	5.800
Retenções sobre folha de benefícios	3.755	-	3.755	2.984
Outras Exigibilidades (2)	715	-	715	1.333
Gestão Administrativa	1.193	32	1.225	1.135
Despesas a Pagar (3)	1.060	30	1.090	1.061
Retenções a Recolher	133	2	135	74
Investimentos	4	-	4	14.099
Derivativos - Swap (4)	-	-	-	14.054
Prestações e IOF sobre Empréstimos	4	-	4	45
TOTAL	7.095	32	7.127	25.355

(1) Corresponde a provisão de valores a pagar relativos a interrupção temporária de aposentadorias, decorrentes da suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social.

(2) Refere-se basicamente a seguro a pagar sobre a folha de benefícios.

(3) Refere-se basicamente a obrigações com serviços de terceiros e folha administrativa.

(4) No exercício de 2015 houve variação negativa de swap, que funciona como hedge do fluxo de pagamento de benefícios do plano, onde a ponta ativa, está indexada ao IGPM e a ponta passiva, ao CDI (Nota 6).

Informações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

NOTA 9 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

DESCRIÇÃO	2016			2015
	FUNBEP I	FUNBEP II	TOTAL	
Gestão Previdencial	207.252	11	207.263	194.940
Esfera Trabalhista ⁽¹⁾	191.858	-	191.858	178.600
Esfera Cível	15.394	11	15.405	16.340
Gestão Administrativa	3.521	15	3.536	3.214
PIS/COFINS ⁽²⁾	3.521	15	3.536	3.214
TOTAL	210.773	26	210.799	198.154

⁽¹⁾ Contempla as provisões sobre as ações judiciais referente a revisão de benefícios em função das verbas salariais e critérios/índices de reajuste de benefícios adotados nas patrocinadoras e questionamentos decorrentes de alterações do Regulamento do Funbep I em face de adaptação à legislação vigente ou políticas salariais das patrocinadoras. A partir de 2008 as provisões passaram a contemplar o impacto esperado nas Reservas Matemáticas em função da eventual perda da ação, cujo montante em 2016 é de R\$ 63.122 (R\$ 53.011 em 2015).

⁽²⁾ Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas do desempenho da atividade de administração e execução de planos de benefícios.

Em 2016, apresentamos a seguinte movimentação do Exigível Contingencial:

FUNBEP I	2016			TOTAL
	Trabalhista	Cível	Tributária	
Saldo Inicial	178.600	16.340	3.200	198.140
Atualização/Encargos	30.332	937	321	31.590
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(17.069)	(1.808)	-	(18.877)
Constituição	21.744	1.539	-	23.283
Reversão	(38.813)	(3.347)	-	(42.160)
Pagamento	(5)	(75)	-	(80)
TOTAL	191.858	15.394	3.521	210.773

FUNBEP II	2016		TOTAL
	Cível	Tributária	
Saldo Inicial	-	13	13
Atualização/Encargos	-	2	2
Movimentação do Período Refletida no Resultado	11	-	11
Constituição	11	-	11
TOTAL	11	15	26

NOTA 10 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) Provisões Matemáticas: As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não terem sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

I. Provisões de benefícios concedidos - Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

II. Provisões de benefícios a conceder - Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2016 e 2015 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

DESCRIÇÃO	2016		2015	
	FUNBEP I	FUNBEP II	FUNBEP I	FUNBEP II
Taxa Real Anual de Juros	5,70%		5,70%	
Projeção de Crescimento Real de Salários	Exp. FUNBEP		Exp. FUNBEP	
Tábua de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	AT-2000		AT-2000	
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽¹⁾	AT-2000		AT-2000	
Tábua de Entrada em Invalidez	Light - Média		Light - Forte	
Projeção de crescimento real do Benef. do INSS/Plano	0%		0%	
Fator de Capacidade dos Benefícios e dos Salários	0,98		0,98	
Índice de Crescimento de Benefício	IGPM	INPC	IGPM	INPC
Rotatividade	Experiência Itaú 2008/2010 agravada em 3 vezes		Experiência Itaú 2008/2010	
Método Atuarial	Agregado		Agregado	

⁽¹⁾ Na avaliação atuarial de 31/12/2016, com base em estudos técnicos desenvolvidos pelo atuário, procedeu-se alteração das premissas de Tábua de Entrada em Invalidez de Light Média e da Tábua de Rotatividade de Exp. Itaú 2008/2010 para Exp. Itaú 2008/2010 agravada em 3 vezes. O efeito nas provisões matemáticas foi uma redução de R\$ 3.554.

⁽²⁾ Segregadas por sexo. As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

c) Evolução

DESCRIÇÃO	2016			2015
	FUNBEP I	FUNBEP II	TOTAL	
Benefícios Concedidos	3.926.611	149	3.926.760	3.688.404
Benefícios à Conceder	514.227	2.143	516.370	552.652
TOTAL	4.440.838	2.292	4.443.130	4.241.056

Informações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

NOTA 11 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação nos exercícios foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	FUNBEP I	
	2016	2015
Saldo Inicial (Déficit)	(424.147)	(386.969)
Resultado do Exercício ⁽¹⁾	96.845	(37.178)
(Déficit) Técnico Acumulado ⁽²⁾	(327.302)	(424.147)

⁽¹⁾ O superávit apurado em 2016 reflete basicamente a rentabilidade obtida na carteira de investimento acima da meta atuarial no período, líquido da constituição de provisão de contingências.

O Déficit de 2015 reflete basicamente a rentabilidade obtida na carteira de investimento abaixo das metas atuariais no período e a constituição de provisão de contingências, líquido do resultado positivo da reavaliação dos imóveis (Nota 6 c) e da alteração da premissa taxa real anual de juros (Nota 10 b).

⁽²⁾ Os administradores, conscientes de suas responsabilidades, tomaram iniciativas visando equacionar o déficit de modo a não onerar participantes ativos, assistidos e patrocinadoras. Neste sentido, a gestão dos recursos garantidores das provisões matemáticas tem como objetivo principal buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações dos planos, através da superação das metas atuariais. Em função deste objetivo o Funbep I mantém em sua carteira de investimentos uma parcela expressiva de recursos composta de títulos de longo prazo, corrigidos por índices de preços (IGP-M ou IPCA) e taxas de juros em média de 5,95% a.a. (6,02% a.a em 2015).

Adicionalmente a Administração vem adotando premissas atuariais mais conservadoras e alinhadas com os parâmetros técnicos estabelecidos pelo CNPC.

Deve-se ressaltar, que nos últimos anos, ocorreram diversas ações promovidas por participantes e assistidos na esfera judicial, referente a revisão de benefícios em função das verbas salariais adotadas nas patrocinadoras e critérios/índices de reajuste de benefícios.

As ações judiciais tiveram os seguintes reflexos:

- constituição de provisões para contingências do programa previdencial (vide nota 9);
- pagamentos complementares de benefícios retroativos às épocas das reclamações;
- incremento nos valores das suplementações futuras e, conseqüentemente, das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC).

No quadro a seguir pode-se observar os reflexos dos fatos acima mencionados, bem como dos efeitos decorrentes das alterações das tábuas de mortalidade e de entrada em invalidez nos cálculos das Provisões Matemáticas:

Descrição	Até 2010	2011	2012 ⁽¹⁾	2013	2014	2015	2016	
							Exercício	Acumulado
Efeito decorrente de ações judiciais								
- (Constituição) / Reversão de Provisão para Contingências ⁽¹⁾	(55.473)	(11.216)	(77.204)	(27.280)	(46.211)	(25.069)	(38.314)	(280.767)
- Pagamento de Benefícios Retroativos	(53.568)	-	-	-	-	-	-	(53.568)
- Efeito da Ação do IGPM na PMBC	(72.319)	-	-	-	-	-	-	(72.319)
- Efeito na PM pela revisão de Benefício e Ações Trabalhistas	(92.701)	12.719	4.882	(22.627)	(4.933)	(5.494)	(10.110)	(118.264)
Sub-total	(274.061)	1.503	(72.322)	(49.907)	(51.144)	(30.563)	(48.424)	(524.918)
Efeito de Alteração das Premissas Atuariais	(593.731)	9.158	(435.963)	466.390	-	93.137	3.554	(457.455)
Total	(867.792)	10.661	(508.285)	416.483	(51.144)	62.574	(44.870)	(982.373)

⁽¹⁾ Em 2012, reflete basicamente o efeito da transferência de provisão dos processos mistos mantidos na patrocinadora para a Entidade, no montante de R\$ 50.473. Até Novembro/2012, como consequência da entrada de novos processos, houve incremento na provisão no montante de R\$ 26.731.

No quadro a seguir pode-se observar a evolução do Superávit/(Déficit) Técnico a partir do exercício de 2010:

Superávit/(Déficit) Técnico	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
. Do Período	(15.211)	(68.321)	98.056	(361.919)	(81.703)	(37.178)	96.845
. Acumulado	26.918	(41.403)	56.653	(305.266)	(386.969)	(424.147)	(327.302)
Tábua de Mortalidade adotada	AT-2000 ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Taxa Real Anual de Juros	5,5%	5,5%	4,5%	5,5%	5,5%	5,7%	5,7%

⁽¹⁾ Em 2010, foi adotada a tábua AT-2000 de acordo com estudo técnico de aderência das premissas atuariais.

b) Equilíbrio Técnico Ajustado

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 22/2015, deve-se apurar o equilíbrio técnico ajustado que será base para determinação da Reserva de Contingência, da Reserva Especial para Revisão de Plano e do Déficit Técnico a Equacionar.

A apuração do equilíbrio técnico ajustado acumulado do plano foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Provisões Matemáticas ⁽¹⁾	(a) 4.440.838	4.239.033
Duração do Passivo do Plano	10,96	11,70
Cálculo do limite do Déficit Técnico Acumulado		
Duração do Passivo do Plano (-) 4 pontos	(b) 6,96	7,70
Limite do Déficit Técnico Acumulado	(a*b%) (309.082)	(326.406)
Equilíbrio Técnico Ajustado		
Equilíbrio Técnico Contábil	(c) (327.302)	(424.147)
(+/-) Ajuste de Precificação ⁽²⁾	(d) 115.864	111.801
Equilíbrio Técnico Ajustado ⁽³⁾	(c+d) (211.438)	(312.346)

⁽¹⁾ Provisões Matemáticas da parcela relativa a modalidade benefício definido.

⁽²⁾ Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

⁽³⁾ Considerando que o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo é inferior ao Limite do Déficit Técnico Acumulado, não há necessidade de elaboração de plano de equacionamento.

NOTA 12 – FUNDOS

a) Fundo Previdencial - Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Os valores serão utilizados pelas patrocinadoras para efetuar as contribuições/aportes em nome dos participantes, conforme estabelecido no regulamento do plano.

b) Fundo Administrativo - Constituído com recursos das patrocinadoras e comissão de seguros excedentes às despesas administrativas dos planos, destinando-se ao custeio das despesas previdenciais da Gestão Administrativa. A Entidade deve obrigatoriamente possuir recursos nesta conta, no mínimo, equivalente ao saldo registrado no Ativo Permanente.

Informações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

c) **Investimentos** - Constituído para garantia dos contratos de empréstimos a participantes que vierem a falecer.

Descrição	2015	Remuneração	Constituição	Reversão	2016
Fundo Previdencial	2.621	366	95	(77)	3.005
Plano Funbep II	2.621	366	95	(77)	3.005
Fundo Administrativo	2.015	108	654	(2.658)	119
Plano Funbep I	1.998	107	654	(2.642)	117
Plano Funbep II	17	1	-	(16)	2
Fundo Investimentos	41	6	-	-	47
Plano Funbep I	41	6	-	-	47
Total	4.677	480	749	(2.735)	3.171

NOTA 13 – PARTES RELACIONADAS

As operações entre as partes relacionadas são com o Itaú Unibanco S.A. e Itaú Administração Previdenciária Ltda., as quais caracterizam-se basicamente por:

DESCRIÇÃO	2016	2015
ATIVO / (PASSIVO)		
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	(323)	(298)
Taxa de Administração da Carteira	(323)	(298)
RECEITAS / (DESPESAS)		
Receitas (Despesas)	6.793	7.187
Receita com Aluguéis	12.573	12.444
Taxa de Administração da Carteira	(4.543)	(4.137)
Taxa de Gestão Previdencial e de Investimentos	(1.237)	(1.120)

Além das operações acima discriminadas, o Funbep - Fundo de Pensão Multipatrocinado, como parte integrante do Convênio Rateio de Custos Comuns, do Itaú Unibanco S.A., registrou despesas gerais no valor de R\$ 969 (R\$ 1.486 em 2015) em função da utilização da estrutura comum.

NOTA 14 – COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DESCRIÇÃO	2016	2015
Participação no Plano de Gestão Administrativa	119	2.015
Funbep I	117	1.998
Funbep II	2	17
Participação no Fundo Administrativo PGA	119	2.015
Funbep I	117	1.998
Funbep II	2	17

NOTA 15 – COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE CONTAS “OUTROS”

Segue o detalhamento dos saldos das contas de denominação “Outros” que ultrapassaram, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas, conforme Instrução da SPC nº 34/2009:

DESCRIÇÃO	2016
Gestão Previdencial	FUNBEP I
Adições	62.711
Outras Adições	62.711
Contribuição Previdenciária - Ref. Processos Trabalhistas	3.407
Imposto de renda recolhido a maior no exercício de 2015 - Código 3540	34
Recebimento de contribuição (joia)	14
Provisão Matemática Adicional - Ref. Processos Trabalhistas ⁽¹⁾	59.243
Reversão de benefício devido ao falecimento do participante	13

⁽¹⁾ Refere-se a contribuições extraordinárias realizadas pela patrocinadora no exercício de 2016.

NOTA 16 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – OFND

Através do Decreto-Lei 2383 de 1987, as Entidades de Previdência Complementar patrocinadas por empresas públicas foram obrigadas a adquirir, em montante a 30% de suas reservas técnicas, OFND's que previam juros de 6% ao ano e atualização pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional – OTN's, as quais foram extintas quando da entrada em vigor do Plano Verão em 1989.

Na ocasião, atos normativos emanados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Secretaria da Fazenda determinaram que as OFND's não utilizassem o Índice de Preços ao Consumidor – IPC e sim o Bônus do Tesouro Nacional – BTN para atualização monetária, bem como não poderiam ser utilizadas no Programa Nacional de Desestatização.

O FUNBEP, através de ação coletiva promovida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, impetrou medida judicial contra a União Federal, BNDES e Fundo Nacional de Desenvolvimento Social, reivindicando a reposição ocasionada pela troca do indexador compreendendo o período de Abril/1990 à Fevereiro/1991.

Em 24/09/2008 o processo foi julgado procedente no que diz respeito ao direito à correção das OFND's pelo IPC, no período de Abril/1990 à Fevereiro/1991 e não pelo BTN, cujo montante atualizado até 30/11/2015 equivale a R\$ 71.740.

O recurso de Agravo de Instrumento interposto pela União Federal, com pedido de que o Tribunal Regional Federal – TRF da 2ª Região proferisse decisão sobre a questão do desmembramento da execução, foi distribuído para a 7ª Turma do

Informações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Tribunal, sendo Relator o Desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, que em 11/11/2013 deferiu a liminar, em favor da União Federal, determinando a suspensão dos efeitos da decisão que mandara prosseguir a execução.

Diante da ordem da suspensão, a Juíza da 23ª Vara Federal, em 28/11/2013, proferiu nova decisão na qual, determinou que a execução se faça em separado, mediante interposição, por cada entidade beneficiária do resultado da sentença, em processos executórios próprios, a serem livremente distribuídos nos juízos competentes. A ABRAPP em 11/12/2013 interpôs Agravo de Instrumento contra esta decisão, requerendo que tal recurso seja distribuído por dependência para o Desembargador Luiz Paulo, que deu vistas para a União Federal em 19/12/2013. Os autos foram encaminhados para Advocacia Geral da União.

A decisão poderá ser impugnada e a documentação suporte para registro contábil restringe-se ao laudo técnico elaborado por empresa de consultoria contratada pela ABRAPP, o qual aponta o valor devido à entidade, os administradores decidiram por não reconhecer o montante no balanço, por se tratar de ativo contingente.

Apresentamos as seguintes ações realizadas no exercício de 2016:

- Janeiro: Protocolo requerendo a juntada de petição de desistência;
- Fevereiro: Protocolo da petição requerendo a juntada da certidão de trânsito em julgado do acórdão proferido pela 7ª Turma Especializada do TRF2;
- Abril: Publicada decisão determinando a intimação da União para apresentar contestação, conforme art. 511 do CPC e citação/contestação da União para apresentar contestação;
- Junho: Juntada de contestação da União e conclusão dos autos para despacho;
- Dezembro: Publicado despacho determinando a manifestação da parte Autora sobre a alegação de ilegitimidade.

b) O FUNBEP apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens, a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Marcelo Luis Orticelli

Diretor Presidente
CPF: 040.509.508-20

Reginaldo José Camilo

Contador - CRC: 1SP 114.497/0-9
CPF: 859.338.648-20

RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos Auditores Independentes

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC no. 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e demonstração das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/0-5 "F" PR

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/0-5 "S" PR

PARECER
DO CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTROLES INTERNOS

Os Conselheiros Fiscais do FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado procederam ao exame semestral da estrutura de controles internos da entidade, nos termos do artigo 19 da Resolução 13/04 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (“CGPC”).

Os exames foram realizados com o objetivo de comprovar a adequação e/ou aderência dos itens abaixo relacionados, em todos os seus aspectos relevantes, na data-base 31.12.2016, e tiveram como base, os estudos técnicos de aderência, as informações contábeis e de controles internos da Entidade e o Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos, do qual o presente parecer passa a fazer parte:

- I. aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios do FUNBEP às normas em vigor e às políticas de investimentos;
- II. aderência das premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial de 31.12.2016 dos planos de benefícios;
- III. adequação da execução orçamentária; e
- IV. adequação dos controles internos existentes frente aos riscos inerentes às operações.

Com base nos documentos apresentados, o Conselho Fiscal concluiu que:

- a gestão dos recursos garantidores está aderente aos objetivos estabelecidos em sua política de investimentos;
 - as premissas e hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial dos planos de benefícios relativamente:
 - **à taxa real de juros:** considerando o estudo elaborado sob coordenação do Diretor de Investimentos da entidade e validado pela consultoria atuarial responsável pelo plano e que a taxa adotada se encontra dentro dos limites inferior e superior da taxa de juros parâmetro, concluiu-se que a premissa está aderente, recomendando-se manter o acompanhamento sistemático e periódico da aderência desta premissa;
 - **à taxa de crescimento real de salários:** considerando a manifestação da consultoria atuarial externa e independente, contida no estudo de aderência, e a manifestação das patrocinadoras, concluiu-se que a taxa de crescimento real de salários adotada pelo Funbep é adequada às características da massa de participantes;
 - **à rotatividade:** considerando o estudo de aderência desenvolvido pela consultoria atuarial Atuas Atuários Associados S/C Ltda. e com base nos dados apresentados, observa-se que a rotatividade apresentou-se, em média, dentro do esperado pela “experiência Itaú/Unibanco 2008/2010 agravada em 3x”. Assim, concluiu-se que a premissa está aderente à massa de participantes;
 - **à tábua de mortalidade geral:** considerando que a mortalidade efetiva está acima do esperado no período analisado, porém com pouca representatividade em relação a massa total de participantes, e que a tábua AT 2000, segregada por sexo e suavizada em 10%, apresenta tendência mais adequada às ocorrências, sendo mais conservadora na apuração das provisões matemáticas, concluiu-se que a premissa está aderente à massa de participantes;
 - **à tábua de mortalidade de inválidos:** considerando que a mortalidade efetiva está acima do esperado no período analisado, porém com pouca representatividade em relação a massa total de participantes aposentados por invalidez, e que a tábua AT 2000, segregada por sexo e suavizada em 10%, representa maior conservadorismo na apuração das provisões matemáticas, concluiu-se que a premissa está aderente à massa de participantes;
 - **à tábua de entrada em invalidez:** considerando o estudo de aderência desenvolvido pela consultoria atuarial Atuas Atuários Associados S/C Ltda. e com base nos dados apresentados, observa-se que a entrada em invalidez apresentou-se dentro do esperado pela tábua “Light Média” no período analisado. Assim, concluiu-se que a premissa está aderente à massa de participantes;
 - **ao fator de capacidade:** considerando que a premissa projeta uma inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, recomenda-se manter o acompanhamento sistemático e periódico da aderência desta premissa;
 - **à projeção de crescimento real dos benefícios do plano:** concluiu-se que a premissa está aderente ao regulamento do plano de benefícios Funbep;
 - **à projeção de crescimento real dos benefícios do INSS:** concluiu-se que a premissa está aderente à legislação em vigor; e
 - **à hipótese sobre composição de família de pensionista:** considerando que a experiência ATUAS reflete um grupo de participantes de planos de previdência privada fechada, no qual o Funbep se insere, concluiu-se que esta premissa está adequada.
 - Considerando que os gastos com despesas administrativas situaram-se abaixo do orçamento previsto e que as oscilações fora da meta não comprometeram o orçamento global, concluiu-se que a execução orçamentária referente a 2016 foi efetuada de forma adequada; e
 - Os controles internos existentes estão em conformidade com o modelo de governança corporativa proposto pela Resolução 13/04 e respondem satisfatoriamente aos riscos inerentes às operações da Entidade.
- Complementarmente, o Conselho Fiscal solicita à Diretoria Executiva que adote as providências recomendadas nos itens específicos do relatório e que o encaminhe ao Conselho Deliberativo da FUNBEP para conhecimento e deliberação sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNBEP – FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2016 e de suas notas explicativas, baseados nos estudos de aderência, nas normas pertinentes e nos pareceres da consultoria atuarial Atuas Atuários Associados S/C Ltda. e do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade em 31.12.2016, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo, 16 de março de 2017

ÁLVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES
Presidente
ADROALDO CASTANHA
Conselheiro Efetivo
EDILSON JOSÉ GABRIEL
Conselheiro Efetivo
RODRIGO ANDRADE DE MORAIS
Conselheiro Suplente

MANIFESTAÇÃO
DO CONSELHO DELIBERATIVO

Manifestação do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo do **FUNBEP - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO**, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais por plano de benefícios e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2016, baseados nos estudos de aderência, nas normas pertinentes e nos pareceres do Conselho Fiscal, da consultoria atuarial Atuas – Atuários Associados S/C Ltda. e dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, deliberaram aprovar, por unanimidade, os referidos documentos, que entendem refletir adequadamente a posição patrimonial e financeira do FUNBEP e dos planos de benefícios em 31.12.2016.

São Paulo, 22 de março de 2017.

OSVALDO DO NASCIMENTO

Presidente

ANA MARIA FIDELI MARQUES

Conselheira Efetiva

ANTONIO CHALBAUD BISCAIA NETO

Conselheiro Efetivo

CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR

Conselheiro Efetivo

SERGIO GULLINET FAJERMAN

Conselheiro Efetivo

PARECER
ATUARIAL

Parecer Atuarial

PLANO DE BENEFÍCIOS I

Cumpramos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente e respeitando a legislação vigente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2016, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

As Provisões Matemáticas a seguir apresentadas foram dimensionadas em 31/10/2016 e foram atualizadas através do método de recorrência para 31/12/2016.

Nesta data, o valor das Provisões Matemáticas é:

	Valores em R\$
- Benefícios Concedidos	3.926.610.938,51
- Contribuição Definida	0,00
- Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	3.926.610.938,51
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	3.333.378.059,01
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	593.232.879,50
- Benefícios a Conceder	514.226.820,09
- Contribuição Definida	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	494.522.682,62
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	515.563.710,32
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-14.119.096,74
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-6.921.930,96
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	19.704.137,47
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	20.542.512,16
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-562.572,02
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-275.802,67
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
- Serviço Passado	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Déficit Equacionado	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
- Total das Provisões Matemáticas	4.440.837.758,60
- Fundo Previdencial	0,00
- Reversão de saldo por exigência Regulamentar	0,00
- Revisão de Plano	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00

O valor das Provisões Matemáticas obtidos no exercício de 2015 projetado para a data base do cadastro de 2016, correspondeu a R\$ 4.523.350.089,82, enquanto que o valor obtido para as Provisões Matemáticas conforme Avaliação Atuarial realizada em 2016, foi de R\$ 4.476.386.691,43. Parte desta variação é decorrente da alteração na massa de participantes e da alteração nas hipóteses atuariais.

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de Benefício Definido, poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação de hipóteses atuariais como por exemplo:

- desligamento de participantes;
- comportamento da evolução salarial;
- rentabilidade incompatível com a esperada;
- tábuas biométricas.

Eclarecemos ainda, que:

a) Dados e Estatísticas:

Os dados dos participantes ativos, assistidos e beneficiários utilizados na avaliação atuarial estão posicionados em 31/10/2016.

O cadastro de participantes e assistidos recebido foi analisado pela ATUAS através de testes de consistência, gerando possíveis inconsistências, estatísticas e comparativos com o cadastro referente ao exercício anterior, sendo estas informações submetidas à análise da entidade.

Considerando que é de responsabilidade da entidade e do patrocinador a veracidade e completude dos dados individuais e das informações prestadas, registramos que de nossa parte somente as distorções identificadas foram analisadas e que, após a aplicação dos ajustes recomendados, foram consideradas consistentes para desenvolvimento do cálculo.

O total de participantes ativos e autopatrocinados do Plano é igual a 1.004, sendo 486 do sexo masculino e 518 do sexo feminino. A idade média desses participantes é igual a 52,06 anos. A média do tempo de serviço faltante para a habilitação ao benefício pleno programado oferecido pelo plano ponderado pelo seu valor estimado é igual a 3,91 anos.

O total de participantes optantes pelo Benefício Proporcional Diferido, ainda não assistidos, é de 173, sendo 85 do sexo masculino e 88 do feminino. A idade média desses participantes é igual a 52,07 anos.

O total de participantes assistidos é de 4.711, apresentando idade média de 64,61 anos e o valor do benefício médio corresponde a R\$ 5.227,63.

Os grupos de familiares recebendo benefício de pensão é igual a 787 e o total de beneficiários é de 810 com valor médio de benefício de R\$ 3.599,32.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes assistidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 19,70 anos.

Para o exercício de 2016, foi apurada a Duração do Passivo em 10,96 anos.

b) Regulamento:

Este parecer tem como base a Avaliação Atuarial desenvolvida, considerando o disposto na respectiva Nota Técnica Atuarial e no Regulamento vigente, encaminhado pela Entidade, o qual foi aprovado através da Portaria n.º 567 de 21/10/2014, publicada no D.O. de 22/10/2014.

Conforme dispõe o Regulamento vigente, este plano está fechado a novas adesões desde 14/04/1998.

Este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

c) Hipóteses Atuariais:

Registramos que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual foram indicadas pela Entidade, sendo subsidiada por estudos realizados pela ATUAS cujos resultados foram encaminhados à Entidade através das CT-1700/2016 e CT-1812/2016, bem como pelo estudo desenvolvido por técnicos do ITAU relativamente à Taxa Real Anual de Juros.

Nas avaliações atuariais foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais indicadas, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:

– *Projeção de Crescimento Real de Salário: Tabela Funbep;*

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, verificando-se o intervalo [0,34%; 0,72%] "Não existem evidências para rejeitar a hipótese". A manutenção da taxa de crescimento salarial está consistente com o planejamento da área de recursos humanos das patrocinadoras, para a massa de participantes ativos do plano Funbep, num horizonte de médio prazo, conforme manifestação por escrito das patrocinadoras.

– *Hipótese sobre Gerações Futuras e Novos Entrados: 0% a.a.;*

Justificativa: Não Aplicável.

– *Hipótese sobre Rotatividade: Experiência 2008/2010 - Agravada em 3 vezes;*

Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 ao analisar a Experiência 2008/2010: "Aplicado o Teste x2 a hipótese seria rejeitada uma vez que as ocorrências estão significativamente superiores ao esperado. A manutenção dessa hipótese é conservadora e admitida considerando o Teste da Estatística Descritiva no Intervalo [21,92]". Considerando que nos últimos três anos as ocorrências se apresentaram acima do esperado, propõe-se a adoção da Experiência 2008/2010 agravada em 3 vezes. Esta hipótese está consistente com o planejamento da área de recursos humanos das patrocinadoras, para a massa de participantes ativos da Funbep, num horizonte de médio prazo, conforme manifestação por escrito das patrocinadoras.

– *Taxa Real Anual de Juros: 5,70% a.a.;*

Justificativa: A adoção desta premissa foi baseada no estudo desenvolvido sob a coordenação do Diretor de Investimentos da Entidade que recomenda a manutenção da taxa de juros em 5,70% a.a., mantendo um posicionamento conservador em função dos pontos destacados no estudo.

– *Indexador do Plano: IGPM (FGV);*

Justificativa: Indexador definido no regulamento do plano.

– *Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: Não Aplicável;*

Justificativa: Não há previsão legal para que os benefícios do INSS tenham crescimento real.

– *Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: 0% a.a.;*

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 a hipótese de 0% não é rejeitada. A premissa está alinhada ao regulamento do plano de benefícios da Funbep que prevê reajuste pelo seu indexador (IGPM/INPC).

– *Fator de Determinação do Valor Real dos Salários: 0,98;*

Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, ao se verificar o período de 2011 a 2016, indica o seguinte intervalo de confiança [4,26%; 9,61%] como não rejeitado. Considerando-se que a premissa projeta uma inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, por conservadorismo o fator de capacidade em 0,98 será mantido.

– *Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 0,98;*

Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, ao se verificar o período de 2011 a 2016, indica o seguinte intervalo de confiança [4,26%; 9,61%] como não rejeitado. Considerando-se que a premissa projeta uma inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, por conservadorismo o fator de capacidade em 0,98 será mantido.

– *Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: Não Aplicável;*

Justificativa: Não Aplicável.

– *Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 desagradada em 10%, segregada por sexo;*

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 a tábua de mortalidade AT-2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, foi rejeitada pelos testes efetuados. Entretanto, verifica-se que a Tábua AT 2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, apresenta, com base nos últimos 3 anos, tendência mais adequada para ocorrências futuras, assim, representando maior conservadorismo na apuração das provisões matemáticas, tendo em vista a probabilidade de morte ser menor que as demais tábuas analisadas. Desta forma, a tábua AT 2000 segregada por sexo e suavizada em 10%, será mantida na avaliação atuarial de 2016.

– *Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 desagradada em 10%, segregada por sexo;*

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 a tábua de mortalidade AT-2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, não é rejeitada pelos testes de Kolmogorov-Smirnov e Exato de Fisher. Considerando, ainda, a tipificação e quantidade de participantes assistidos por invalidez será mantida a tábua AT 2000, segregada por sexo e suavizada em 10%.

– *Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-MÉDIA;*

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 a tábua "Light-Forte" é rejeitada. Diante dos resultados no referido estudo a adoção da "Light Média" não foi rejeitada e se apresentou mais adequada a massa de participantes. Assim, deverá ser adotada a tábua "Light-Média" na avaliação de 2016.

– *Outras Tábuas Biométricas utilizadas: Não Aplicável;*

Justificativa: Não Aplicável.

Parecer Atuarial

PLANO DE BENEFÍCIOS I

– Hipóteses sobre a composição de família de Pensionistas: Composição Familiar Real;
Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016. "não é possível aplicar teste sobre esta premissa". Relativamente às pensões a conceder aos participantes em atividade, foi adotada a hipótese utilizada por outros planos semelhantes, por entendermos mais adequada.

– Outras Hipóteses não referidas anteriormente: Não Aplicável;
Justificativa: Não aplicável.

Relativamente à hipótese sobre a composição de família de Pensionistas dos participantes ativos foi adotada a experiência ATUAS.

Relativamente à hipótese de entrada em aposentadoria, o resultado obtido na avaliação atuarial levou em consideração que os participantes solicitarão sua aposentadoria programada no primeiro momento em que preencham todas as condições para recebimento do benefício, sem considerar antecipações.

Comparativamente ao exercício anterior, foram mantidos as hipóteses, regimes financeiros e método formulados na reavaliação relativa àquele exercício, exceto quanto à:

- Tábua de Entrada em Invalidez que passou de Light Forte para Light Média;
- Hipótese sobre Rotatividade que passou de Experiência 2008/2010 para Experiência 2008/2010 Agravada em 3 vezes.

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes de:

- Capitalização (Método Agregado): Aposentadorias, Pensão por Morte, seus respectivos abonos e Auxílio-Funeral em decorrência de falecimento do Participante Assistido;
- Repartição Simples: Auxílio-Doença, respectivo Abono Anual e Auxílio-Funeral em decorrência de falecimento de Participante Ativo.

Apresentamos a seguir comparativo entre o número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos, observado nos 12 meses posteriores à avaliação anterior realizada em 31/10/2015 e o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas naquela avaliação atuarial.

	Estimados	Ocorridos (*)
Ativos que se invalidaram	18	9
Válidos que faleceram	65	69
Inválidos que faleceram	3	6

(*) Fonte: Entidade.

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência do Plano.

A rentabilidade do plano de benefício, conforme informação da Entidade, no exercício de 2016, atingiu o percentual de 13,71%, resultando em rentabilidade real líquida de 6,08%, considerando o índice de reajuste previsto em regulamento, IGP-M, que acumulou 7,19% no período.

d) Ativo do Plano:

Com base nos valores contabilizados no Balanço do Plano relativo ao exercício de 2016, apuramos o Patrimônio garantidor dos compromissos do plano conforme indicado a seguir:

Ativo Bruto:	R\$ 4.331.568.935,51
Exigível Operacional:	R\$ 7.095.244,09
Exigível Contingencial:	R\$ 210.773.207,74
Fundos, exceto Previdencial:	R\$ 164.735,24
Ativo Líquido dos Exigíveis:	R\$ 4.113.535.748,44

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre os valores contabilizados, os quais foram precificados sob inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e que estamos considerando que tais valores refletem a realidade.

e) Situação do Plano no encerramento do exercício:

Comparando o valor do total das Provisões Matemáticas com o valor do Ativo Líquido dos Exigíveis, constatamos que o Plano está deficitário em 7,37% do valor das Provisões Matemáticas.

Conforme informação da Entidade, o Ajuste de Precificação do Ativo correspondeu a R\$ 115.863.518,53, implicando a redefinição do Déficit Técnico para 4,76% do valor das Provisões Matemáticas.

f) Considerações finais:

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 01/2016.

Fica mantido o plano de custeio, conforme definido no regulamento do plano, para o próximo exercício, tendo vigência em 01/04/2017.

Atenciosamente,

Carlos Renato Azevedo

Atuário MIBA 1375

Marília Vieira Machado da Cunha Castro

Atuária MIBA 351

Parecer Atuarial

PLANO DE BENEFÍCIOS II

Cumpramos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente e respeitando a legislação vigente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2016, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

As Provisões Matemáticas a seguir apresentadas foram dimensionadas em 31/10/2016 e foram atualizadas através do método de recorrência para 31/12/2016.

Nesta data, o valor das Provisões Matemáticas é:

	Valores em R\$
- Benefícios Concedidos	149.160,76
- Contribuição Definida	0,00
- Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	149.160,76
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	78.965,36
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	70.195,40
- Benefícios a Conceder	2.143.132,91
- Contribuição Definida	2.098.709,84
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.049.354,92
- Saldo de Contas – Parcela Participantes	1.049.354,92
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	44.423,07
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	52.033,57
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-3.805,25
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-3.805,25
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
- Serviço Passado	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Déficit Equacionado	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
- Patrocinador(es)	0,00
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
- Total das Provisões Matemáticas	2.292.293,67
- Fundo Previdencial	3.005.053,95
- Reversão de saldo por exigência Regulamentar	3.005.053,95
- Revisão de Plano	0,00

O valor das Provisões Matemáticas, referentes à parte do plano concebida na modalidade de Benefício Definido, obtidos no exercício de 2015 projetado para a data base do cadastro de 2016, correspondeu a R\$ 223.892,22, enquanto que o valor obtido para as Provisões Matemáticas conforme Avaliação Atuarial realizada em 2016, foi de R\$ 193.817,68. Parte desta variação é decorrente da mudança no perfil de participantes e da alteração das hipóteses atuariais.

O custo da parte do plano de benefícios concebida na modalidade de "Benefício Definido" poderá variar em função da não verificação das hipóteses, como por exemplo o desligamento de participantes, de sua distribuição etária e salarial da rentabilidade alcançada na aplicação de recursos.

O custo relativo à parte do plano do tipo "Contribuição Definida" não deverá variar ao longo do tempo por causas externas.

Eclarecemos ainda, que:

a) Dados e Estatísticas:

Os dados dos participantes ativos, assistidos e beneficiários utilizados na avaliação atuarial estão posicionados em 31/10/2016.

O cadastro de participantes e assistidos recebido foi analisado pela ATUAS através de testes de consistência, gerando possíveis inconsistências, estatísticas e comparativos com o cadastro referente ao exercício anterior, sendo estas informações submetidas à análise da entidade.

Considerando que é de responsabilidade da entidade e do patrocinador a veracidade e completude dos dados individuais e das informações prestadas, registramos que de nossa parte somente as distorções identificadas foram analisadas e que, após a aplicação dos ajustes recomendados, foram consideradas consistentes para desenvolvimento do cálculo.

O total de participantes ativos e autopatrocinados do Plano é igual a 16, sendo 8 do sexo masculino e 8 do sexo feminino. A idade média desses participantes é igual a 48,75 anos.

O total de participantes optantes pelo Benefício Proporcional Diferido, ainda não assistidos, é de 3, sendo 3 do sexo feminino. A idade média desses participantes é igual a 46,33 anos.

O total de participantes assistidos é de 2, apresentando idade média de 55,50 anos e o valor do benefício médio corresponde a R\$ 361,78.

Não existem grupos familiares recebendo benefício de pensão.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes assistidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 31,59 anos.

Para o exercício de 2016, foi apurada a Duração do Passivo em 12,58 anos.

b) Regulamento:

Este parecer tem como base a Avaliação Atuarial desenvolvida, considerando o disposto na respectiva Nota Técnica Atuarial e no Regulamento vigente, encaminhado pela Entidade, o qual foi aprovado através da Portaria n.º 560, de 19/10/2015, publicada no D.O. de 20/10/2015.

Conforme dispõe o Regulamento vigente, este plano está fechado a novas adesões desde 31/12/2000.

Este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

c) Hipóteses Atuariais:

Registramos que os referenciais utilizados para fins de Avaliação Atuarial anual foram indicados pela Entidade, sendo subsidiada por estudos realizados pela ATUAS cujos resultados foram encaminhados à Entidade através das correspondências CT-1700/2016 e CT-1812/2016, bem como pelo estudo desenvolvido por técnicos do ITAU relativamente à taxa de juros.

Nas avaliações atuariais foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais indicadas, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:

– *Projeção de Crescimento Real de Salário: Tabela Funbep;*

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, verificando-se o intervalo [0,34%; 0,72%] "Não existem evidências para rejeitar a hipótese". A manutenção da taxa de crescimento salarial está consistente com o planejamento da área de recursos humanos das patrocinadoras, para a massa de participantes ativos do plano Funbep, num horizonte de médio prazo, conforme manifestação por escrito das patrocinadoras.

– *Hipótese sobre Gerações Futuras e Novos Entrados: 0% a.a.;*

Justificativa: Não Aplicável.

– *Hipótese sobre Rotatividade: Experiência 2008/2010 – Agravada em 3 vezes;*

Justificativa: Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 ao analisar a Experiência 2008/2010: "Aplicado o Teste x2 a hipótese seria rejeitada uma vez que as ocorrências estão significativamente superiores ao esperado. A manutenção dessa hipótese é conservadora e admitida considerando o Teste da Estatística Descritiva no Intervalo [21;92]". Considerando que nos últimos três anos as ocorrências se apresentaram acima do esperado, propõe-se a adoção da Experiência 2008/2010 agravada em 3 vezes. Esta hipótese está consistente com o planejamento da área de recursos humanos das patrocinadoras, para a massa de participantes ativos da Funbep, num horizonte de médio prazo, conforme manifestação por escrito das patrocinadoras.

– *Taxa Real Anual de Juros: 5,70% a.a.;*

Justificativa: A adoção desta premissa foi baseada no estudo desenvolvido sob a coordenação do Diretor de Investimentos da Entidade que recomenda a manutenção da taxa de juros em 5,70% a.a., mantendo um posicionamento conservador em função dos pontos destacados no estudo.

– *Indexador do Plano: INPC;*

Justificativa: Indexador definido no regulamento do plano.

– *Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: Não Aplicável;*

Justificativa: Não há previsão legal para que os benefícios do INSS tenham crescimento real.

– *Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: 0% a.a.;*

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 a hipótese de 0% não é rejeitada. A premissa está alinhada ao regulamento do plano de benefícios do Funbep que prevê reajuste pelo seu indexador (INPC).

– *Fator de Determinação do Valor Real dos Salários: 1,00;*

Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, ao se verificar o período de 2011 a 2016, indica o seguinte intervalo de confiança [4,26%; 9,61%] como não rejeitado. Considerando-se que a premissa projeta uma inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, por conservadorismo o fator de capacidade em 1,00 será mantido.

– *Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios da Entidade: 1,00;*

Justificativa: O Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016, ao se verificar o período de 2011 a 2016, indica o seguinte intervalo de confiança [4,26%; 9,61%] como não rejeitado. Considerando-se que a premissa projeta inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, por conservadorismo o fator de capacidade em 1,00 será mantido.

– *Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS: Não Aplicável;*

Justificativa: Não Aplicável.

– *Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 desagradada em 10%, segregada por sexo;*

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 a tábua de mortalidade AT-2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, foi rejeitada pelos testes efetuados. Entretanto, verifica-se que a Tábua AT 2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, apresenta, com base nos últimos 3 anos, tendência mais adequada para ocorrências futuras, assim, representando maior conservadorismo na apuração das provisões matemáticas, tendo em vista a probabilidade de morte ser menor que as demais tábuas analisadas. Desta forma, a tábua AT 2000 segregada por sexo e suavizada em 10%, será mantida na avaliação atuarial de 2016.

– *Tábua de Mortalidade de Invalídios: AT 2000 desagradada em 10%, segregada por sexo;*

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 a tábua de mortalidade AT-2000, suavizada em 10% e segregada por sexo, não é rejeitada pelos testes de Kolmogorov-Smirnov e Exato de Fisher. Considerando, ainda, a tipificação e quantidade de participantes assistidos por invalidez será mantida a tábua AT 2000, segregada por sexo e suavizada em 10%.

– *Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-MEDIA;*

Justificativa: De acordo com o Relatório de Testes de Aderência de Hipóteses 1/2016 a tábua "Light-Forte" é rejeitada. Diante dos resultados no referido estudo a adoção da "Light Média" não foi rejeitada e se apresentou mais adequada a massa de participantes. Assim, deverá ser adotada a tábua "Light-Média" na avaliação de 2016.

– *Outras Tábuas Biométricas utilizadas: Não Aplicável;*

Justificativa: Não Aplicável.

– *Hipóteses sobre a composição de família de Pensionistas: Composição Familiar Real;*

Justificativa: Não aplicável.

– *Outras Hipóteses não referidas anteriormente: Não Aplicável;*

Justificativa: Não aplicável.

Parecer Atuarial

PLANO DE BENEFÍCIOS II

Relativamente à hipótese sobre a composição de família de Pensionistas dos participantes ativos foi adotada a experiência ATUAS.

Relativamente à hipótese de entrada em aposentadoria, o resultado obtido na avaliação atuarial levou em consideração que os participantes solicitarão sua aposentadoria programada no primeiro momento em que preencham todas as condições para recebimento do benefício, sem considerar antecipações.

Comparativamente ao exercício anterior, foram mantidos as hipóteses, regimes financeiros e método formulados na reavaliação relativa àquele exercício, exceto quanto à:

- Tábua de Entrada em Invalidez que passou de Light Forte para Light Média;
- Hipótese sobre Rotatividade que passou de Experiência 2008/2010 para Experiência 2008/2010 Agravada em 3 vezes.

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes financeiros de Capitalização (Crédito Unitário Projetado) para Renda Mensal por Invalidez, Renda Mensal de Pensão, seus respectivos abonos e Pecúlios por Morte, e Capitalização (Financeiro) para Renda Mensal Vitalícia, Renda Mensal do Benefício Proporcional Diferido e seus respectivos abonos.

Apresentamos a seguir comparativo entre o número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos, observado nos 12 meses posteriores à avaliação anterior realizada em 31/10/2015 e o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas naquela avaliação atuarial.

	Estimados	Ocorridos (*)
Ativos que se invalidaram	0	0
Válidos que faleceram	0	0
Inválidos que faleceram	0	0

(*) Fonte: Entidade

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência do Plano.

A rentabilidade do plano de benefício, conforme informação da Entidade, no exercício de 2016, atingiu o percentual de 14,08%, resultando em rentabilidade real líquida de 7,04%, considerando o índice de reajuste previsto em regulamento, INPC, que acumulou 6,58% no período.

d) Ativo do Plano:

Com base nos valores contabilizados no Balanço do Plano relativo ao exercício de 2016, apuramos o Patrimônio garantidor dos compromissos do plano conforme indicado a seguir:

Ativo Bruto:	R\$ 5.356.272,24
Exigível Operacional:	R\$ 31.542,61
Exigível Contingencial:	R\$ 25.713,43
Fundos, exceto Previdencial:	R\$ 1.668,58
Ativo Líquido dos Exigíveis:	R\$ 5.297.347,62

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre os valores contabilizados, os quais foram precificados sob inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e que estamos considerando que tais valores refletem a realidade.

e) Situação do Plano no encerramento do exercício:

Comparando o valor do total das Provisões Matemáticas e o Fundo Previdencial com o valor do Ativo Líquido dos Exigíveis, constatamos que, no encerramento do exercício, o Plano está equilibrado.

Conforme informação da Entidade, não houve Ajuste da Precificação do Ativo do Plano.

f) Considerações finais:

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 01/2016.

Tendo em vista o disposto no novo plano de contas, foi constituído o Fundo Previdencial – Reversão de Saldo por exigência regulamentar no valor de R\$ 3.005.053,95, correspondente ao registrado na Conta de Oscilação de Risco, após equacionado o Plano, para a qual são transferidas as importâncias referentes às contribuições do patrocinador, não resgatadas, conforme o §3º do Art. 32 do Regulamento do Plano, cuja destinação deve ser definida e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo.

Fica mantido o plano de custeio, conforme definido no regulamento do plano, para o próximo exercício, tendo vigência em 01/04/2017.

Atenciosamente,

Carlos Renato Azevedo

Atuário MIBA 1375

Márcia Vieira Machado da Cunha Castro

Atuária MIBA 351

POLÍTICA
DE INVERSIONES

Informações sobre a Política de Investimentos

As informações a seguir aplicam-se ao **Plano de Benefícios I**, ao **Plano de Benefícios II** e ao **Plano de Gestão Administrativa** do FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado.

Taxa mínima atuarial/índice de referência

Indexador por plano/segmento - período de referência: 01/2016 a 12/2016

Plano de Benefícios I

	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
Plano	IGP-M	5,70%
Renda Fixa	IGP-M	5,70%
Renda Variável	IGP-M	5,70%
Imóveis	IGP-M	5,70%
Empréstimos e Financiamentos	IGP-M	5,70%
Investimentos Estruturados	IGP-M	5,70%
Investimentos no Exterior	IGP-M	5,70%

Plano de Benefícios II

	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
Plano	INPC	5,50%
Renda Fixa	INPC	5,50%
Renda Variável	INPC	5,50%
Investimentos Estruturados	INPC	5,50%
Investimentos no Exterior	INPC	5,50%

Plano de Gestão Administrativa

	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
Plano	DI-CETIP	0,00%
Renda Fixa	DI-CETIP	0,00%
Renda Variável	DI-CETIP	0,00%
Investimentos Estruturados	DI-CETIP	0,00%
Investimentos no Exterior	DI-CETIP	0,00%

Documentação/responsáveis

Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 09/12/2015

Segmento	Administrador estatutário tecnicamente qualificado		
	Nome	CPF	Cargo
Plano	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Renda Fixa	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Renda Variável	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Empréstimos e Financiamentos	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Imóveis	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Investimentos Estruturados	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos
Investimentos no Exterior	Pedro Gabriel Boainain	292.856.618-07	Diretor de Investimentos

Controle de riscos

	Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte	
	Risco Legal	Risco Operacional	Outros	
Realiza o apuração de ativos financeiros:	Sim	Dispõe de Manual:	Não	
Possui modelo proprietário de risco:	Não	Dispõe de Manual:	Não	
Realiza Estudos de ALM:	Sim			

Observação: A entidade terceiriza a administração e a custódia dos ativos financeiros.

Informações sobre a Política de Investimentos

As informações a seguir aplicam-se ao **Plano de Benefícios I**, ao **Plano de Benefícios II** e ao **Plano de Gestão Administrativa** do FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado.

Alocação dos recursos

Período de referência: 01/2016 a 12/2016

Plano de Benefícios I

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	54,00%	100,00%	94,50%
Renda Variável	0,00%	20,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	6,00%	4,00%
Empréstimos e Financiamentos	0,00%	5,00%	1,50%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	5,00%	0,00%

Plano de Benefícios II e Plano de Gestão Administrativa

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	65,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	20,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	5,00%	0,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Perfis de investimento

Os Planos não possuem Perfis de Investimento.

DEMONSTRATIVO
DE INVERSIONES

Demonstrativo de Investimentos

Plano de Benefícios I

Alocação dos Ativos		
Segmento	R\$	%
Renda Fixa	3.952.378.000	92,3%
Renda Variável	102.699.000	2,4%
Investimentos Estruturados	0	0,0%
Investimentos no Exterior	0	0,0%
Imóveis	190.233.000	4,4%
Empréstimos	35.387.000	0,8%
Total	4.280.697.000	100,00%

Distribuição dos Recursos por Gestor		
Gestor	R\$	%
Itaú Unibanco	4.280.697.000	100,00%
Total	4.280.697.000	100,00%

Rentabilidade Bruta e Líquida do Plano e por Segmento				
	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Meta Atuarial / Índice de Referência	Descrição Índice de Referência
Plano	14,67%	14,42%	13,30%	IGP-M + 5,7% a.a.
Renda Fixa	14,67%	14,54%	13,30%	IGP-M + 5,7% a.a.
Renda Variável	35,51%	35,36%	13,30%	IGP-M + 5,7% a.a.
Imóveis	7,58%	5,04%	13,30%	IGP-M + 5,7% a.a.
Empréstimos	16,64%	16,64%	13,30%	IGP-M + 5,7% a.a.

Plano de Benefícios II

Alocação dos Ativos		
Segmento	R\$	%
Renda Fixa	5.303.000	100,0%
Renda Variável	0	0,0%
Investimentos Estruturados	0	0,0%
Investimentos no Exterior	0	0,0%
Imóveis	0	0,0%
Empréstimos	0	0,0%
Total	5.303.000	100,00%

Distribuição dos Recursos por Gestor		
Gestor	R\$	%
Itaú Unibanco	5.303.000	100,00%
Total	5.303.000	100,00%

Rentabilidade Bruta e Líquida do Plano e por Segmento				
	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Meta Atuarial / Índice de Referência	Descrição Índice de Referência
Plano	14,02%	13,81%	12,44%	INPC + 5,5% a.a.
Renda Fixa	14,02%	13,81%	12,44%	INPC + 5,5% a.a.

RESUMO
**Relatório
Anual 2016**

Funbep - Fundo de Pensão Multipatrocinado
www.funbep.com.br

Telefones:

(41) 3544-8000
0800 722 8040 (demais localidades)
Fax: (41) 3544-8038

Endereço:

Rua Marechal Deodoro 869 – 17º andar
Centro – Curitiba / PR
CEP 80060-010